

VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO

28

**A Teoria
da “Justificação
pela Fé sòmente”**

**PUBLICAÇÃO DO SECRETARIADO
NACIONAL DE DEFESA DA FÉ**

VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO 28

PE. DR. L. RUMBLE, M. S. C.

A Teoria da “Justificação pela Fé sòmente”

PUBLICAÇÃO DO
SECRETARIADO NACIONAL DE DEFESA DA FE'
EDITORA VOZES LIMITADA
1959

<http://www.obrascaticas.com>

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO.
E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO
DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PE-
TRÓPOLIS. FREI DESIDÉRIO KALVER-
KAMP, O. F. M. PETRÓPOLIS, 2-III-1959.

Título do original inglês: So You Think You're Saved!
The "Justified-By-Faith-Only" Theory.
Publicado pelos Fathers Rumble & Carty, Saint Paul 1,
Minn. U. S. A.
Copyright by the RADIO REPLIES PRESS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

<http://www.obrascaticas.com>

A TEORIA DA “JUSTIFICAÇÃO PELA FE’ SÒMENTE”

Todos nós já nos encontramos com o bom e sincero entusiasta religioso que está sempre a informar todo aquêles que o quer escutar de que êle é “apenas um pecador salvo pela graça”. E’ um crente na “justificação pela fé sòmente”. Dada a oportunidade, provavelmente êle quereria prosseguir dizendo que crê na “plena, livre e presente salvação”; plena salvação, porque Cristo fêz tudo em favor dêle; livre salvação, porque êle não precisa, e de fato não pode, fazer por si mesmo coisa alguma para ela; presente salvação, porque já está salvo.

Na verdade, êle ainda é um “pecador”; nada pode alterar isso. Mas, desde que tenha fé, no sentido de confiança em Cristo, está na graça de Deus; não porque haja dentro da sua alma qualquer realidade chamada graça — neste sentido êle ainda é um ente “sem graça” — mas porque Deus agora o olha com “favor”, quando antes êle era objeto do “desfavor” de Deus. A mudança está sòmente na disposição de Deus para com êle, por haver êle preenchido a condição: “Crê no Senhor Jesus Cristo, e serás salvo” (At 16, 31).

TEORIA BÁSICA PROTESTANTE

Os entusiastas religiosos que assim falam estribam tudo na doutrina única que, mais do que qualquer outra, responde pela separação, de junto da Igreja Ca-

tólica, de milhões de cristãos professos no mundo inteiro. Em última análise, tôdas as outras diferenças em ensino, em culto ou em disciplina podem ser traçadas após esta crença única particular, a teoria protestante da justificação pela fé sòmente.

Não sem razão, pois, o filme "Martinho Lutero", do princípio de 1950, introduziu, como uma das suas dramáticas sensações, a cena em que Lutero escreveu, com um floreado, à margem do seu Novo Testamento, e grifou com severa determinação, a famosa palavra "SOLAM", significando "sòzinha", em frente ao texto de Romanos 3, 28: "Pois julgamos que um homem é justificado pela fé". De acôrdo com o texto latino, S. Paulo escreveu: "justificari hominem per fidem", e não "per fidem *solam*"; mas o Dr. Martinho Lutero, tendo acrescentado a palavra "solam", disse querer que assim fôsse, e destarte lançou o fundamento da tradição protestante que ainda sobrevive após quatro séculos, mas a respeito da qual número sempre crescente dos que a ela se entregam vão-se tornando infelizes.

Não há razão para duvidar de que o ponto central da mensagem dada ao mundo pela Reforma protestante é a doutrina da justificação pela fé sòmente. Assim, o Relatório da Assembléia da Amsterdam sôbre o Conselho Mundial das Igrejas em 1948 declarou que a divisão mais profunda entre os cristãos é "tôda uma tradição coletiva sôbre a compreensão da fé e da vida cristãs. Podemos ilustrar isto dizendo que a qualidade usualmente chamada "católica" contém uma insistência primária sôbre a visível continuidade da Igreja na sucessão apostólica do episcopado. A qualidade usualmente chamada "protestante" acentua primariamente a iniciativa da Palavra de Deus e a resposta da fé focalizadas na doutrina da justificação *sola fide* (pela fé sòmente)".

Verdade é que entre muitos teólogos protestantes

modernos há um movimento no sentido de uma recuperação da concepção católica. Daí a publicação de livros tais como "A Catolicidade do Protestantismo", editado pelo Rev. Dr. Newton Flew. Mas êsses teólogos constituem apenas a voz de uma minoria entre os protestantes em geral, a vasta maioria dos quais ficam muito para trás dos seus líderes, e tomam como suposta a sua tradição herdada, absorvidos pela idéia única da justificação só pela fé, e fazendo dela quase o todo da sua religião.

Por causa dêles, ainda é necessário um exame desta doutrina básica protestante. Mas não será tarefa fácil. O problema é sutil e complicado, por sua própria natureza. Tudo o que pode ser prometido é que todo esforço será feito para reduzir as coisas às condições mais simples, a fim de ocorrer às necessidades populares, falando a linguagem da gente comum, e não a dos adiantados teólogos que — ainda, pelo menos — não representam o pensar da generalidade entre os adeptos das suas respectivas Igrejas.

A DESCOBERTA DE MARTINHO LUTERO

Para obter alguma compreensão aproveitável dêste assunto, necessário é ter ao menos um conhecimento objetivo do seu quadro histórico; e isto leva ao herói do filme já mencionado, Martinho Lutero. Não haverá aqui lugar para mais do que um escôrço o mais simples da sua carreira. O nosso interêsse, no presente livreto, não é tanto pela sua pessoa como pelo único ensinamento básico que levou a tudo o mais na sua nova religião.

Martinho Lutero nasceu em 1483, ingressou num Mosteiro Agostiniano em 1505, foi ordenado sacerdote em 1507, e empenhou-se em ensinar teologia bíblica de 1512 até 1517, lecionando principalmente sôbre as Epístolas de S. Paulo.

Uma crise na sua vida começara a desenvolver-se quase desde o próprio comêço da sua vida monástica. De têmpera forte, prêsa de constantes temores e escrúpulos, êle procurou a paz da mente em severas penas e outras práticas ascéticas, embora estas alternassem com períodos de completa lassidão, que o mergulhavam numa ansiedade e num desespêro ainda mais profundos. Êle queria a todo transe “sentir-se bom”, e “sentia-se mau”. A princípio não tinha dificuldades intelectuais particulares acêrca da religião católica. A sua crise surgiu de uma necessidade emocional prática. E foi em 1508 que pela primeira vez êle vislumbrou aquilo que se persuadiu de que bem podia ser a solução de tôdas as suas perturbações. Leu, em Romanos, 1, 16-17, as palavras de S. Paulo: “O Evangelho de Cristo... é o poder de Deus para a salvação de todo aquêle que crê... pois nêle está a justiça de Deus revelada pela fé e para a fé; como está escrito: O justo vive da fé”.

Veio-lhe então o pensamento de que S. Paulo queria dizer nada menos do que a justiça de Deus era feita nossa simplesmente confiando nós na justiça de Cristo; e que êle estava perdendo seu tempo e seus esforços em procurar fazer por si mesmo aquilo que Cristo já fizera por êle. Um sentimento de imenso alívio correu sôbre êle. Sentiu que estava salvo, e que não podia ser salvo de outra maneira a não ser dessa.

Quando começou a ensinar teologia, em 1512, apresentou a sua teoria da justificação pela fé sòmente, do amor perdoador de Deus livremente outorgado a todos aquêles que simplesmente se arrependessem dos seus pecados e confiassem em Cristô. Convenceu-se a si mesmo de que essa era a verdadeira fé da Igreja Católica; e procurou combinar a sua doutrina recém-descoberta com todos os outros ensinamentos normais da teologia católica.

Gradualmente, entretanto, Lutero encontrou oposição à sua nova teoria da justificação pela fé somente. A 31 de outubro de 1517 publicou as suas 95 Teses sobre as Indulgências, declarando que estas destruíam o verdadeiro espírito de penitência. Chamado a contas, recusou retratar os seus modos de ver a não ser se refutados pela própria evidência bíblica, recusando aceitar a autoridade e os ensinamentos tradicionais da Igreja como fontes fidedignas de doutrina.

Em 1520, rompeu definitivamente com a Igreja Católica, substituindo a autoridade desta pela da Bíblia interpretada por si mesmo, por cada leitor. Num livro, "A Liberdade de um Cristão", lançou a sua proclamação de que os homens são justificados pela fé somente, e que todo cristão é o seu próprio sacerdote, tendo acesso direto a Deus e não precisando nem de Igreja visível nem de mediação de quaisquer outros sacerdotes. Traduziu para o alemão a Bíblia, de modo que o povo pudesse lê-la por si mesmo (a Bíblia de Lutero não foi a primeira Bíblia alemã) e, apoiado por alguns poderosos príncipes germânicos, tornou-se chefe reconhecido da Reforma protestante no continente europeu.

Há inúmeros aspectos deste assunto, versantes ou sobre o caráter pessoal e as experiências do próprio Martinho Lutero, ou sobre as condições reinantes entre o clero e os leigos da Igreja Católica naquele tempo, ou sobre as circunstâncias políticas favoráveis à propagação da nova religião. Mas estes não entram no assunto. A origem e desenvolvimento da única doutrina nova que levou a tudo o mais que veio a constituir a concepção protestante como contrastante com a da Igreja Católica provê-nos das questões vitais que temos de resolver. Estaria Lutero certo na sua interpretação de Romanos 1, 16-17, interpretação que teve tão tremendas conseqüências na vida de tantos milhões de pessoas durante os quatro séculos passados?

IDÉIA DE JUSTIÇA OU RETIDÃO

Aqui tudo se concentra sôbre a natureza da retidão, justiça ou bondade que o homem pode atingir, e sôbre a natureza da fé requerida a fim de fazê-lo. Tomemos, pois, primeiro a questão da retidão.

A Igreja Católica ensina que no batismo (Jo 3, 5) a alma passa, de um estado de pecado original ou herdado, para um estado de graça (Rom 6, 23). Deus não *declara* apenas que a alma é reta ou justa a seus olhos. *Torna* a alma santa *em si mesma* produzindo nela, mediante a atividade do Espírito Santo, uma qualidade sobrenatural de bondade espiritual que é uma verdadeira regeneração, restauração ou renovação (Tito 3, 5). Essa qualidade espiritual incorpora-nos a Cristo como seus verdadeiros membros (1 Cor 6, 15), faz-nos viver por Êle como os ramos existem pela própria vida da vinha a que pertencem (Jo 15, 5), e, por seu intermédio, nos habilita a nos tornarmos, de maneira misteriosa, participantes da própria natureza divina (2 Ped 1, 4). A bondade, justiça, retidão ou santidade de uma alma em estado de graça é, portanto, uma realidade, e não mera ficção. Ela é *concedida* à alma por Deus, santificando-a na sua própria natureza. Não é meramente *imputada* à alma por Deus, deixando a alma ainda contaminada pelo lodo do pecado.

Esta nobilitante e consoladora doutrina, que é o verdadeiro ensino do Novo Testamento, Lutero rejeitou-a totalmente. Concentrando-se só no texto de Romanos 1, 16-17, e em outros que êle pensava poderem quadrar com êsse, êle desdenhou todos os outros aspectos da doutrina cristã ensinada em todo o resto do Novo Testamento. Declarou que a palavra grega usada por S. Paulo como retidão (*dikaïosune*) significa simplesmente "absolvido", como uma pessoa é absolvida, ou declarada não culpada, num tribunal de justiça. Tal

decreto, disse êle, não opera mudança na pessoa absoluta. Esta fica sendo exatamente como era antes. Simplesmente lhe é dito que a lei não a considera criminosa. Portanto, argüia Martinho Lutero, de acôrdo com São Paulo, a justificação do homem significa que êle é reputado ou tido como reto aos olhos do Senhor, embora fique sendo tão pecador na sua própria natureza como sempre. A mudança está nas disposições de Deus para com o homem, e não no próprio homem. De então por diante Deus o olha com favor em vez de com desfavor, atribuindo-lhe a retidão de Cristo que de modo algum é possuída na alma.

Ora, é inteiramente verdadeiro que S. Paulo fêz uso de uma palavra que na língua grega tinha o significado técnico de absolvição legal. E, se a palavra não pode ter outro significado senão êsse, difficilmente se pode discutir a interpretação da justificação como implicando não mais do que ser tido como reto ou não culpado aos olhos de Deus.

Mas Lutero não tinha as vantagens da erudição moderna. Pertencia a uma época em que se pensava que o significado real do Novo Testamento poderia ser mais bem acertado descobrindo-se o sentido exato da língua grega em que os seus livros foram originariamente escritos. Agora, até mesmo eruditos protestantes estão começando a conhecer melhor. Porquanto as palavras gregas tomaram um sentido especial quando foram usadas pelos escritores do Novo Testamento para exprimir as doutrinas cristãs. A própria língua grega foi praticamente "batizada", usando-a os cristãos desde o comêço para exprimir verdades reveladas, sobrenaturais e espirituais, que em parte alguma podiam ser achadas na literatura clássica grega. Portanto, para compreender o Novo Testamento grego, não é o bastante ter à mão um dicionário grego, é necessário ter em mente a concepção religiosa total dos

crístãos acorde com os ensinamentos a êles dados pelos Apóstolos.

Que teve, pois, S. Paulo em mente quando falou da "justificação" da alma? Na realidade estava pensando na libertação, para os Gentios, das odiadas trevas, e da prisão à Lei Judaica para os Judeus, como consequência de abraçarem o Cristianismo e de darem de todo coração a sua vassalagem a Cristo. Mas isto não era tôda a sua doutrina. Para êle, tal libertação era simplesmente uma condição pressuposta de se tornar alguém uma "nova criatura em Cristo" (2 Cor 5, 17). Um processo de transformação de um estado de pecado para o estado de graça santificante, um simultâneo livramento da culpa e uma admissão a uma nova e sobrenatural vida espiritual têm lugar na alma.

ÊRRO TEMÍVEL

Na negação disto, Lutero contradisse a revelação divina tanto como a razão. A grande tensão emocional em que êle laborava quando a nova doutrina pela vez primeira despontou sôbre êle, cegou-o, práticamente, para tudo o mais, salvo para a única coisa pela qual êle estava tão fascinado. De fato, quando mais tarde, outros lhe imploraram dar ouvidos à razão, êle respondeu desprezadoramente que a razão não passava de uma "prostituta" ocupada de seduzir a humanidade. Mas não foi sômente da inteligência humana que êle adotou uma visão sombria. Sustentou que o homem ficou tão totalmente depravado pela queda de Adão, que o seu coração e a sua vontade foram tão completamente contaminados pelo pecado original herdado, a ponto de se haver êle tornado inteiramente incapaz de qualquer bem. Será de admirar que, de semelhantes modos de ver, êle passasse a um inteiro repúdio da doutrina católica nesta matéria?

Onde os incrédulos modernos desonram a Deus sustentando que o homem absolutamente não necessita de redenção, e que pode avir-se perfeitamente bem sem Deus, Lutero desonrou a Deus sustentando que a imagem divina está tão completamente desfigurada no homem, que o próprio Deus não pode restaurar essa imagem. O mais que Deus pode fazer é encobrir o seu fracasso por uma ficção, reputando justa uma alma depravada com encobrir ou esconder a má condição dela com as vestes da justiça de Cristo. Por outro lado, a doutrina católica nem desonra a Deus, nem rouba o homem de todo vestígio da dignidade humana. Declara o homem sujeito ao pecado e portanto em necessidade da redenção que os incrédulos rejeitam; mas também declara que o homem não é tão corrompido a ponto de ser incapaz de uma renovação verdadeiramente interior e espiritual pela graça.

Os próprios teólogos protestantes hoje em dia estão em tão pouca simpatia com o ensino de Lutero, que, embora professando explicá-lo, conseguem apenas contorná-lo. Assim, o Professor luterano de teologia Abdel Ross Wentz escreve: “A fé é um ato contínuo pelo qual a alma se lança para Deus e recebe o sorriso de Deus; e êsse sorriso de um Pai amante ajusta a vida inteira a uma nova obediência. O ajustamento pela fé mediante o favor divino, como Lutero o experimentou e ensinou, não é negativo como a “salvação sem as obras”; é uma experiência mui positiva e continuada do amor de Deus, a qual traz a segurança do perdão, transforma as fontes de inspiração da conduta, e dá nova qualidade à vida inteira” (“Protestantism, A Symposium” [“Protestantismo, Um Simpósio”], p. 46, 1944).

Certamente isso é falar a linguagem, não Luterana, porém Católica. Porquanto Lutero positivamente insistiu na “justificação pela fé sòmente”, e negou qual-

Na língua grega, a palavra fé pode significar ou crença numa afirmação com base na autoridade de outra pessoa, ou crença numa pessoa no sentido de confiar nela ou mesmo de se confiar a ela. Mas aqui devemos recordar o que mais atrás foi dito acêrca dos novos significados adquiridos pelas expressões gregas no seu "batismo" a serviço da religião cristã. Em uso bíblico, ambos os sentidos gregos que há pouco mencionamos são às vêzes empregados, porém outros e mais compreensivos significados são em outros lugares pretendidos.

Às vêzes a palavra fé é usada para designar a inteira mensagem objetiva a ser crida pelos cristãos e a ser a todo custo mantida intacta. S. Paulo usa a palavra nesse sentido quando fala de pregar "a fé que noutro tempo êle atacou" (Gál 1, 23); como o faz também S. Judas quando concita os cristãos "a lutarem ardorosamente pela fé transmitida uma vez por tôdas aos santos" (Judas 3).

Em segundo lugar, a palavra fé é usada às vêzes estritamente para denotar a aceitação intelectual das doutrinas pertencentes a "A Fé", entendida esta palavra no sentido precedente. Assim S. Paulo, após proclamar os fatos e verdades e promessas do evangelho, disse: "Assim pregamos e assim tendes crido" (1 Cor 15, 11). E declarou que a sua tarefa era reduzir "à sujeição todo o entendimento, até à obediência a Cristo" (2 Cor 10, 5). Nestes casos, o que aí é òbviamente envolvido é a aceitação intelectual de tudo quanto Deus revelou, pela fé na autoridade de Cristo como nosso mestre divinamente credenciado. Êste é o sentido estrito em que os católicos normalmente entendem a palavra fé.

Numa terceira classe de textos, o sentido é simplesmente de crédito ou confiança, como, por exemplo, onde S. Paulo fala de Abraão como forte em fé e dando glória a Deus, "sabendo mui plenamente que

tudo quanto êle prometeu é capaz também de realizar” (Rom 4, 21). Ou, ainda, quando diz de si mesmo: “Sei em quem cri, e estou certo de que êle é capaz de guardar aquilo que lhe confiei, até êsse dia” (2 Tim 1, 12).

Finalmente, falando não apenas da fé como tal, mas de “fé salvadora”, S. Paulo usa essa palavra num sentido muito lato e compreensivo, não excluindo nenhum dos significados supra, mas incluindo-os todos, e muitos mais além dêles. Êle encara a fé que justifica como o completo abraçar da religião cristã na prática, com o homem todo empenhado, coração e alma, inteligência, vontade e consciência. Isto não é apenas uma confiança indefinida ou uma entrega mística de si mesmo. Significa primariamente a aceitação intelectual da verdade pela fé na autoridade de Cristo, que a declara. Essa crença em Cristo dá nascimento à completa confiança nêle, ao amor a êle, à doação de si a êle, e a uma resultante obediência à sua lei e dedicação a tôdas as boas obras por seu amor.

NÃO MERAMENTE CONFIANÇA

E’ neste último sentido que a fé é considerada para nós como justiça ou retidão, e que S. Paulo pretendeu quando escreveu: “Sendo, pois, justificados pela fé, tenhamos paz com Deus por meio de Nosso Senhor Jesus Cristo” (Rom 5, 1). Entretanto, êle sabia muito bem não estar ali usando a palavra fé no sentido estritamente literal da palavra.

Essa “fé salvadora” incluía crédito ou confiança em Cristo, a qual nasce da virtude da esperança e exclui os extremos tanto da presunção como do desespêro. Ela inclui também uma doação de si a Cristo procedente do amor ou caridade. E que São Paulo sabia como distinguir entre essas diferentes virtudes quando a ocasião exigia, isto é evidente pela sua

grande declaração: “Agora ficam a fé, a esperança e a caridade, estas três; mas a maior delas é a caridade” (1 Cor 13, 13).

Os católicos estão em plena concordância com S. Paulo. Quando declaram que a fé, no estrito e primário sentido da palavra, é uma aceitação intelectual de doutrinas com base na autoridade de Cristo, não sustentam ser essa por si mesma a “fé salvadora”. Se essa fé não fôr vivificada pela confiança em Cristo, pelo amor a êle, pela obediência e autodoação a êle, êles estão inteiramente preparados para descrevê-la como uma fé “morta”, como o faz S. Tiago (Tgo 2, 17).

Os protestantes, por outro lado, incidem em erro quando restringem o significado da fé à confiança em Cristo e à simples aceitação dêle como Senhor e Salvador, quase com exclusão de tudo o mais. Para a vasta maioria dos protestantes, ter fé em Cristo veio a significar uma coisa, e uma coisa somente: confiança em Cristo, com uma experiência emocional de segurança de estarem salvos, embora permanecendo, praticamente indiferentes à sã doutrina cristã nos seus múltiplos aspectos vitais. Conforme fêz notar Harnack, “Lutero erigiu a fé evangélica em lugar do dogma”.

O que aqui foi dito acêrca da fé poderia ser resumido numa simples conversação imaginária entre um Protestante e um Católico, como segue:

P. Vocês católicos entendem a fé num sentido completamente errado.

C. Isso eu não posso admitir.

P. De qualquer modo, vocês a entendem num sentido muito limitado.

C. Entendemo-la no estrito e conveniente sentido, como aceitação da verdade revelada com base na autoridade de Deus. Nós não dizemos que essa fé, por si mesma, é suficiente para a salvação. Dizemos que

quer transformação das “fontes de inspiração da conduta”, e a realidade de qualquer “nova qualidade” concedida a uma natureza tão depravada a ponto de ser incapaz de receber tal infusão de graça! Cada vez mais, entretanto, achamos teólogos protestantes seguindo esta linha, abandonando as idéias de Lutero sobre a justificação, e falando de Deus como “tornando a criar o homem inteiro”, e “colocando-o numa relação de parentesco inteiramente nova para com Êle mesmo e para com seus semelhantes”; doutrinas estas que a Igreja Católica sempre ensinou, mas que os protestantes geralmente não crêem, ou antes, pensam e dizem que não crêem.

Basta, portanto, quanto à doutrina concernente à natureza da justificação em si mesma. Agora volvamo-nos para os meios pelos quais se pretende que ela é efetuada — a fé.

NATUREZA DA FE'

Seguindo Martinho Lutero, os protestantes acusam os católicos de considerarem a fé meramente como uma forma de conhecimento ou assentimento à doutrina, em vez de a verem no sentido bíblico e protestante de fiel confiança e de entrega a Cristo da vida inteira.

Seria entretanto verdadeiramente um grande engano pensar que os católicos não acreditam que, além de fé em Cristo, se deveria ter também uma fiel confiança nêle e entregar a êle a própria vida inteira. Nós católicos insistimos em que tôdas as três coisas são necessárias. E igualmente grande engano é imaginar que a idéia de fé como um assentimento à doutrina é não-bíblica, e pensar que o único sentido bíblico da palavra é êsse que os protestantes sustentam. Noções tais são o resultado de uma confusão de idéias que muito necessita de clarificação.

ela é um elemento necessário requerido para a salvação. “Sem a fé é impossível agradar a Deus” (Heb 11,6).

P. Mas essa não foi a espécie de fé que S. Paulo imaginou quando usou essa palavra.

C. Foi o que teve em mente quando falou da fé como de uma virtude particular no próprio direito dela; como, por exemplo, quando falou das três virtudes distintas de fé, esperança e caridade.

P. Quando êle disse que somos “justificados pela fé”, quis dizer por confiarmos em Cristo.

C. Não quis. E’ outro êrro concentrar-se nò único elemento de verdade, com exclusão de todos os outros fatôres que S. Paulo teve em mente ao falar da justificação, e pensar que a “fé sòmente”, no sentido de confiança, pode resultar na salvação de alguém. Tal “confiança”, que realmente é uma forma de esperança em Cristo, pode com inteira facilidade tornar-se uma fonte de presunção ou de desespero, se leva alguém a descurar condições necessárias, ou se súbitamente se descobre não passar de auto-ilusão; e isto, por sua vez, pode levar à perda da fé no verdadeiro sentido da palavra, e mesmo à perda da própria alma antes que à sua salvação.

CONSEQÜÊNCIAS TRÁGICAS

Com esta doutrina da “justificação pela fé sòmente”, Lutero introduziu uma nova espécie de Cristianismo, diferente de tudo quanto precedera. Como vimos, a fé, para um católico, é uma virtude intelectual baseada na crença, na verdade revelada por Deus e salvaguardada pela autoridade docente da Igreja Católica.

Para Lutero, ela era uma virtude afetiva, um sentimento de confiança no favor de Deus. Os sentimentos religiosos suplantavam a ortodoxia doutrinária e permitiam que experiências emocionais se processassem às expensas da razão. Tudo o que o homem pode

fazer, rezava o novo ensino, é confiar na misericórdia de Deus, e crer com firme confiança que Deus o recebeu no seu favor. Conforme o define a Confissão de Augsburgo, Parte I, Art. 4, “os homens são livremente justificados por amor de Cristo, através da fé, quando crêem que são recebidos em favor e que os seus pecados são perdoados por causa de Cristo”. Esta doutrina da justificação pela fé foi a nota dominante de todo o sistema luterano, e tornou-se o grito de batalha da Reforma protestante.

As mais drásticas conseqüências seguiram-se a ela. E dela resultou o individualismo quase inteiramente concentrado em si mesmo, fazendo da piedade evangélica, da conversão pessoal, garantida por sentimentos de segurança, o centro da sua obra. O Protestantismo popular concita o indivíduo “a crer em Cristo e ser salvo”. O senso de comunidade e de religião corporativa inevitavelmente declinou. Não eram necessários intermediários, sacerdotes, sacramentos ou santos. O indivíduo era anterior à própria Igreja, que tinha de ser definida de maneira totalmente diferente, e não mais como uma instituição visível fundada por Nosso Senhor, mas sim como um vago agregado invisível dos “salvos”, só conhecidos por Deus.

O católico tem o evangelho colocado diante de si pela sua Igreja; aceita a verdade garantida para si pela guia do Espírito Santo operando dentro da Igreja, arrepende-se dos seus pecados; e da Igreja, do Corpo Místico de Cristo, recebe a própria graça e vida de Cristo, uma vida que êle deve fazer sua de acôrdo com as palavras de S. Paulo: “Vivo, já não eu, mas é Cristo que vive em mim” (Gál 2, 20). No ensino católico, nem o indivíduo nem a Igreja podem ser ignorados; mas a teologia protestante, com a sua doutrina da justificação pela fé somente, transtorna completamente êste equilíbrio.

Igualmente desastroso foi o efeito sôbre o culto. A Bíblia, interpretada por si mesmo por cada leitor, tornou-se a única regra suprema de fé. Era a doutrina da “luz interior”, e essa doutrina levou ao caos em crença e em prática religiosas, coisa de que os protestantes de hoje estão-se tornando cada vez mais cônscios e pesarosos. No culto, o púlpito suplantou o altar, e a Eucaristia tornou-se pouco mais do que uma refeição social. O ministério da palavra tornou o ministério dos sacramentos quase sem significação. Na nova interpretação do Cristianismo, os sacramentos não podiam ser um meio de graça; quando muito podiam ser “ordenações” para simbolizar um favor sempre conferido. Por isto vieram a ser considerados mais ou menos supérfluos, e a ser descurados. Na verdade, o fim lógico da estrada foi atingido no completo abandono do culto litúrgico e do sacramentalismo por comunidades tais como os Quakers e o Exército da Salvação.

O efeito sôbre a vida espiritual devia ter igualmente tristes resultados. A teoria da justificação pela fé sômente não poderia manter normas cristãs de espiritualidade.

Lutero fracassara em achar a paz da alma pessoalmente em autodisciplina ascética e em esforços por “boas obras”. Êle nunca declarou desnecessária uma vida boa. O seu “pecca fortiter sed crede fortius” (peca muito, porém crê ainda mais) não queria dizer um incentivo para ceder ao pecado, sem escrúpulo. Queria dizer simplesmente que, por maior pecador que se seja, pressuposto o arrependimento, pode-se ser justificado pela fé sômente. Mas ser zeloso das boas obras, pensando serem elas um meio para a salvação, era manifestar falta de fé no poder salvador de Deus.

Os resultados populares do seu ensino foram entretanto trágicos. Os homens declararam completamente

sem significação as boas obras prescritas a fim de agradecer a Deus. Daí era um passo fácil concluir que a observância da própria lei moral não era realmente necessária; ainda menos qualquer autodisciplina ascética por amor de um imaginário e impossível “progresso espiritual”. Se há apenas uma imputação exterior da justiça de Cristo, não pode haver coisa tal como uma santificação verdadeiramente interior da alma; e a única tarefa suprema é reforçar os próprios sentimentos de segurança na própria salvação pessoal. E tais sentimentos não tinham ligação necessária com a obediência às leis de Deus ou com os deveres para com o próximo.

Na verdade, a conduta da vasta maioria dos protestantes é melhor do que o seu credo; mas é no próprio credo que estamos aqui interessados, e logicamente êsse credo leva ao solapamento das normas cristãs de conduta, e, ainda mais, de todos os esforços para atingir graus mais altos de santidade na vida espiritual de cada um.

NECESSIDADE DAS BOAS OBRAS

A idéia de “plena, livre e presente salvação” para os “justificados pela fé”, como se Cristo tivesse feito tudo e o cristão não tivesse nada a fazer para a sua própria salvação, levou à terrível doutrina de que a fé e não o procedimento, é que importa — doutrina que é a própria base da hipocrisia. Por isto Cristo preveniu os seus ouvintes contra a imitação dos fariseus, dos quais declarou: “Êles dizem, mas não fazem” (Mt 23, 3). Com tôda evidência êle pensava que não é somente o que cremos que importa, mas também como procedemos. Por outras palavras, êle insistiu sobre a necessidade, para a salvação, tanto da fé como das boas obras; como o faz a Igreja Católica.

Contra isto é aventado que a Escritura proíbe aos

homens contarem com a sua própria retidão, e insiste em que todos devem reconhecer serem pecadores precisados da redenção por Cristo.

Ora, é verdade que todos os homens, sem exceção, quando vêm a Cristo, devem admitir que são pecadores, e que só êle pode redimi-los. Porquanto os que se voltam para Cristo devem reconhecer a autoridade dêle como Deus e como nosso Supremo Juiz; e que estão sob condenação pelos pecados que têm cometido, dos quais não podem perdoar-se a si mesmos. Nada da sua "retidão" anterior, se alguma tinham, é aqui de qualquer proveito.

Contudo, depois de se haverem arrependido dos seus pecados e de terem obtido o perdão, a retidão é esperada dêles. Porque Deus não é indiferente ao modo como nós vivemos. Devemos mostrar o nosso antagonismo para com o mal procurando viver uma vida santa; e a vontade de fazer isto é necessária para a salvação. Não podemos contar com a nossa salvação a não ser cumprindo esta condição.

Entretanto, se isso assim fôsse, que temos a fazer das palavras de S. Paulo: "Pois pela graça é que sois salvos, mediante a fé; e isso não por vós mesmos, pois ela é um dom de Deus; e nem pelas obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2, 8-9). Aí S. Paulo se refere ao fato de que, antes de alguém converter-se e chegar à graça de Cristo, as "boas obras" não podem merecer essa graça; e também ao fato de que, mesmo depois da conversão, a graça de Cristo é que dá valor às boas obras feitas sob a inspiração dessa graça e com a assistência dela. Mas S. Paulo não nega o valor da boas obras, exercidas sob a influência da graça depois da conversão, como um meio para a salvação eterna.

O próprio Cristo fêz questão de acentuar a necessidade das boas obras para a nossa salvação. Advertiu-nos: "Nem todo aquêle que me diz: Senhor, Se-

nhor, entrará no reino dos céus; mas sim aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus” (Mt 7, 21). Louvando as boas obras, disse: “Rejubilai-vos e alegrai-vos, pois grande é a vossa recompensa no céu” (Mt 5, 12). Declarou que essas boas obras ou a ausência delas serão um fator decisivo no Juízo Final. Então êle dirá: “Vinde, benditos... pois eu estava com fome e me destes de comer”, ou: “Afastai-vos de mim, malditos, pois eu estava com fome e não me destes de comer” (Mt 25, 34, 41). Como se pode então dizer que a salvação é “totalmente sem obras”, se, por falta de boas obras, ela pode ser perdida?

S. Paulo escreveu: “Combati o bom combate... e por isso reservada me está uma coroa de justiça” (2 Tim 4, 8). Isso implica que as boas obras feitas pelos que estão em estado de graça lhes confere um justo direito, em Cristo, à eterna salvação. No mesmo sentido S. Pedro diz: “Onde quer que estejais, trabalhai o mais que puderdes, pois pelas boas obras tornais certa a vossa escolha e eleição” (2 Ped 1, 10).

Se cremos na Bíblia, devemos crer em tudo dela, e não concentrar-nos em alguns textos isolados e esquecer tudo o mais.

O BOM LADRÃO

Aqui bem se pode aludir ao caso, tantas vezes citado, do Bom Ladrão, a quem Cristo disse no Calvário: “Hoje mesmo estarás comigo no paraíso” (Lc 23, 43). Uma vez que aquele ladrão não tinha feito boas obras, como explicar a sua salvação, se a fé sozinho não é suficiente?

Todavia, dizer que o bom ladrão não fêz boas obras é ter uma concepção muito estreita daquilo que as boas obras significam. Não devemos pensar só em ser bons para com os pobres, ou em formas de humanitarismo. Afinal de contas, o bom ladrão proclamou pública-

mente a inocência de Cristo; e igualmente, com profunda humildade, reconheceu a sua própria culpa. Estas já eram “boas obras”.

Em todo caso, o fato de o bom ladrão não ter tido tempo para fazer outras boas obras após a sua conversão não poderia afetar o princípio de serem as boas obras necessárias, boas obras que o bom ladrão certamente teria vontade de fazer se tivesse oportunidade. S. Paulo escreveu aos Gálatas: “Não nos cansemos de fazer o bem; porque a seu tempo colheremos, não desfalecendo. Por isto, enquanto temos tempo façamos bem a todos, mas especialmente aos domésticos da fé” (Gál 6, 9-10). A Deus pertence quanto tempo cada um de nós teremos. Mas, enquanto o tivermos, Deus espera que façamos o bem; e a nossa salvação depende do nosso bem fazer. Se o fizermos, S. Paulo nos diz que colheremos a nossa recompensa. E o próprio Nosso Senhor, como vimos, nos diz que o não fazermos o bem pode resultar na perda das nossas almas.

Porém, mesmo que tivéssemos de conceder que foi feita uma exceção no caso do Bom Ladrão, a exceção prova a regra; e não podemos, da especial dispensação no caso dêle, argüir para o que normalmente é requerido.

“A LEI NÃO PODE SALVAR”!

Mas S. Paulo não disse expressamente aos Gálatas que nós somos “justificados pela fé em Cristo, e não pelas obras da lei, porque pelas obras da lei nenhuma carne será justificada” (Gál 2, 16)? Disse. Mas a que se referia êle?

S. Paulo estava refutando os cristãos judaizantes, aquêles primeiros convertidos à Igreja que pretendiam que, em aditamento à sua aceitação dos ensinamentos de Cristo e ao cumprimento da sua lei, os batiza-

dos ainda eram obrigados a observar as prescrições da Lei judaica ou mosaica. Denunciando isso, S. Paulo insistiu em que Cristo abolira a Lei Mosaica, cumprindo-a embora transcendendo-a, e tornando possível, pela sua morte na cruz e pelo poder da graça, uma retidão que a Lei Mosaica por si mesma não podia dar ao homem o poder de atingir. Mas com isso êle não pretendeu que os cristãos, emancipados da observância das obrigações judaicas, deviam ser salvos apenas pela fé em Cristo, sem observarem a lei do próprio Cristo na sua conduta diária.

Sem dúvida, S. Paulo ensina que, mesmo para os cristãos, as boas obras, embora necessárias, não podem por si mesmas ser a causa da salvação. Necessitam um valor derivado de Cristo. A graça divina é realmente uma comunicação da própria justiça de Cristo às nossas almas, dando um novo valor a tôdas as boas obras que nos esforçamos por fazer. Essa graça é que nos habilita a cumprir a lei, não conforme a letra, mas segundo o espírito. Por isto S. Paulo escreve que “a justificação da lei pode ser cumprida em nós que não andamos segundo a carne, mas segundo o espírito” (Rom 8, 4).

S. Tiago, bem cômico do pensamento de S. Paulo, escreveu mui fortemente sôbre êste assunto: “Sêde executores da palavra, e não ouvintes sômemente, enganando-vos a vós mesmos” (Tgo 1, 22). E de novo: “Que adiantará a um homem ter a fé e não ter as obras? A fé será capaz de salvá-lo? . . . Credes que há um só Deus. Fazeis bem. Mas os demônios também o crêm e tremem. Saberás, porém, ó homem vão, que a fé sem as obras é morta. . . Pelas obras o homem é justificado, e não pela fé sômemente. Assim como o corpo sem o espírito está morto, assim também a fé sem as obras é morta” (Tgo 2; 14, 19-20, 26).

Com razão, pois, a Igreja Católica insiste, e sem-

pre insistiu, em que tanto a fé como as boas obras são requeridas para a retidão no sentido cristão da palavra, e para a salvação. Crenças certas e conduta reta são necessárias.

SEGURANÇA DE SALVAÇÃO

Volvamo-nos agora para a doutrina, realmente terrível, de que uma segurança de salvação sentida é o sinal necessário de haver sido alguém “justificado pela fé somente”. Este tem sido verdadeiramente o veneno de todos os herdeiros da Reforma protestante.

Ele resultou num individualismo egocêntrico e subjetivo, divorciado de tôdas as idéias da Igreja que nos incorpora como membros do Corpo Místico de Cristo. As pessoas tenderam para considerar a religião inteira como consistindo no seu próprio estado interior e pessoal de sentimento religioso.

Ele tem levado às mais extravagantes e mesmo mór-bidas tentativas de induzir um senso artificial de segurança, por periódicas irrupções de reavivamento emocional altamente carregado. E nos convertidos de tais reuniões tem resultado apenas com demasiada frequência uma autocomplacência quase doentia, ao pensamento de estarem entre os “salvos”, o que está tão longe quanto possível da humildade declarada pelo evangelho como sendo uma primeira condição da nossa reabilitação aos olhos de Deus.

E nem há mais cruel tirania do que exigir tal “experiência religiosa” como passaporte para a salvação. Que têm a fazer essas multidões de pessoas que são psicològicamente incapazes de um tal surto de emoção, e que honestamente nunca sentiram a revolução interior e a segurança pessoal requerida. Se elas tomarem a sério a doutrina, devem ou condescender com uma hipócrita pretensão de haverem suportado tal experiência, ou ceder a um completo desespero.

Uma coisa é esperar a salvação, viver à luz dessa esperança, e pôr a própria confiança na misericórdia de Deus, o que é legal; mas coisa inteiramente outra é andar alguém a se dizer a si mesmo, e a todos os mais, que já está salvo, e que todos os que não têm essa mesma auto-segurança estão em estado de condenação. Esta é uma forma de presunção, não sòmente não justificada pela Escritura, mas também absolutamente oposta a ela.

Cristo adverte-nos de vigiarmos e orarmos, para não entrarmos em tentação (Mt 26, 41); faz-nos orar para sermos preservados da tentação (Lc 11, 4); e certamente tais avisos são sem significado para o homem que se pensa já e permanentemente salvo. Cristo também disse: "Bem-aventurados os servos que o Senhor, quando vier, achar vigilantes" (Lc 12, 37). Aí êle implica que é inteiramente possível, para quem crê nêle, cair vítima da tentação, e ser achado não preparado para enfrentar o juízo quando vier a morte.

Freqüentemente são citadas estas palavras: "Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna; e não incorre em condenação, mas passa da morte à vida" (Jo 5, 24). Mas devemos perguntar o que significam justamente essas palavras. Significam simplesmente que quem aceita a palavra de Cristo no sentido do seu evangelho total, e põe em prática os preceitos dêste, passa de um "estado de morte", de pecado, a um "estado de vida", de graça. Se perseverar nesse estado de graça, e portanto no amor e amizade de Deus, até à morte, então não terá necessidade de temer um juízo adverso, mas herdará a vida eterna. Mas certamente as palavras citadas não dão garantia de que quem, em qualquer estágio nesta vida, alcançou a graça de Deus, nunca pode perder essa graça por pecado ulterior. Assim como pessoas de má vontade podem desenvolver uma boa vontade, assim também pessoas de boa vontade podem passar

a más disposições; e todos, sem exceção, necessitam temer a sua própria fraqueza e mesmo malícia.

Nunca, em qualquer estágio nesta vida, nos é permitido dizer de que seremos salvos uma certeza. Somos advertidos de que, se pensamos estar firmes, devemos estar alerta para não caírmos (1 Cor 10, 12); e que devemos operar a nossa salvação em temor e em tremor (Filip 2, 12). De si mesmo S. Paulo escreveu: "Castigo o meu corpo e trago-o e sujeição, para que não suceda que, tendo pregado aos outros, eu mesmo venha a ser reprovado" (1 Cor 9, 27).

Não há, pois, lugar, no ensino de S. Paulo, para auto-segurança e presunção. Disposições tais não são cristãs. São muito perigosas, pois tornam a salvação dependente da imaginação e dos sentimentos — guias muito infieis. E elas cegam as pessoas quanto à necessidade de pertencerem à Igreja que Cristo estabeleceu, de receberem os sacramentos que êle instituiu, e de fazerem todo esforço para evitar o pecado e praticar a virtude cristã.

A gente crédula nunca foi mais desastrosamente enganada do que pela doutrina de Martinho Lutero de que a justificação é, pela fé sòzinha, garantida pela segurança pessoal no próprio coração de cada um. Tal doutrina viola conjuntamente a Escritura e a razão, e leva o Cristianismo ao descrédito junto a todos os homens pensantes.

ILUSÕES CORRENTES

Para que não se pense que as idéias neste livrinho atribuídas aos protestantes já não são por êles sustentadas, e que tenha sido feita injustiça à sua concepção, seria bom citarmos autoridade não menor do que o Bispo luterano Staehlin, que, numa recente conferência na Alemanha — êle é Bispo de Oldemburgo — declarou que multidões de modernos protestantes

vieram a sentir que são “responsáveis somente pelas suas próprias consciências”; que para êles “não há dogma obrigatório nem credo compulsório”; que êles empurram “certos aspectos da mensagem Bíblica para fora de vista, ou, ao menos, para o extremo do seu campo de visão”; e que pensam que tôda alusão à autoridade da Igreja, a ordem eclesiástica necessária, ou a culto litúrgico, é uma traição ao protestantismo e uma capitulação ao catolicismo.

Disse êle: “Se alguém crê que pode sacrificar a plenitude da revelação cristã a algum vago e informe sentimento religioso ou a uma vaga crença na Providência, pode sustentar que é um bom protestante, mas... simplesmente não é um cristão”.

Outra ilustração da moderna atitude protestante vem de um proeminente Ministro Metodista, o Rev. Alan Walker, chefe da “Missão Metodista para a Nação”, 1954-1955, na Austrália, o qual foi considerado tão bem sucedido, que foi convidado, pelas Igrejas Metodistas ali, a ministrar missões similares na América.

Declarando que o povo perturbado muitas vêzes pergunta como é que alguém se faz cristão, êle dedicou um dos seus principais discursos a êsse problema, empreendendo explicar o processo mui claramente, de modo que não pudesse haver lugar para dúvida ou obscuridade. Disse êle:

“Ser cristão é muito mais do que seguir a Regra de Ouro, do que simplesmente freqüentar igreja, ou do que aceitar mentalmente uma série de doutrinas”.

Dizendo que se requer mais do que as práticas mencionadas, lugar é deixado para a sugestão de que também elas devem ser cumpridas. E sem dúvida Mr. Walker quis dizer isso. Porém muitos dos seus ovinos protestantes poderiam ter concluído que êle falava com desprezo de tais “boas obras”, e que as excluía como não necessárias para ser cristão.

A verdade é que, se alguém é cristão quer *proceder* como cristão, deve procurar seguir a Regra de Ouro da caridade para com todos os seus semelhantes, deve freqüentar fielmente a igreja para cumprir os deveres públicos do culto divino nos dias prescritos, e deve aceitar mentalmente as doutrinas da religião cristã pela fé em tudo o que Cristo revelou como verdadeiro.

Há uma diferença entre *ser* cristão e *proceder* como cristão. Muito importante é notar essa diferença. Porquanto “ser” vem antes de “agir”. Não podemos “agir” como seres humanos a não ser que primeiro “existamos” como seres humanos. Assim, é preciso “ser” cristão antes de poder “agir” como cristão; embora, por certo, se possa ser cristão e no entanto não agir como deveria agir um cristão; caso em que se seria um mau cristão. O pleno significado disto vê-lo-emos depois.

“Cristão”, continuou Mr. Walker, “é aquêle que, por um ato deliberado de fé e de confiança, entra numa comunhão interior com a Pessoa viva de Jesus”.

Isto é um eco da originária doutrina protestante da justificação pela fé sòmente, embora haja um afastamento dela pela referência à “comunhão interior” com a Pessoa viva de Jesus. A idéia de Lutero da justificação como sendo uma “absolvição legal” e uma impu-tação externa, à alma, dos méritos de Cristo, significava uma mudança nas disposições de Deus para conosco, de modo que, em vez de olhar para nós com desfavor, êle olha para nós com favor. Por si mesmo isto não implicaria relação interior com a Pessoa de Jesus — relação que envolve a doutrina católica da graça interior!

Porém muito mais digno de nota é o fato de, através de todo o seu discurso, não haver Mr. Walker feito qualquer menção do Sacramento do Batismo! Não a fé e a confiança por si mesmas, porém o batismo

recebido em espírito de fé e de confiança, é que faz um cristão e cria uma relação interior com a Pessoa viva de Jesus. E o batismo é que é o passo mais essencial de todos para alguém se fazer cristão.

Por isto a Sagrada Escritura insiste em que devemos crer e ser batizados (Mc 16, 16), e também, conforme S. Pedro declarou no seu primeiro sermão: "Fazei penitência e seja batizado cada um de vós" (At 2, 38). A significação do batismo foi explicada por S. Paulo quando escreveu: "Todos vós que fostes batizados em Cristo vos revestistes de Cristo" (Gál 3, 27). A Igreja Metodista, é claro, faz provisão para o batismo, mas aparentemente pouco significado empresta ao rito. Seja lá como fôr, Mr. Walker, no seu discurso sôbre como se fazer alguém cristão, falou como se nem sequer tivesse ouvido dizer de que há algum Sacramento do Batismo!

"Isto (entrar em comunhão com Jesus pela fé e pela confiança)", prosseguiu Mr. Walker, "significa reconhecer Jesus Cristo como o Senhor da vida, crer na oração, e aceitar a ética cristã como a verdade, fazendo de sua parte o melhor possível para viver em conformidade com ela".

Aqui outra vez temos confusão entre *fazer-se* cristão e *fazer-se* um *bom* cristão. Para se ser um *bom* cristão, deve-se reconhecer Jesus Cristo como o Senhor da vida na prática, deve-se ser fiel à oração, e procurar viver de acôrdo com a ética cristã, ou com as normas morais de conduta. E a pessoa se torna um cristão mais ou menos *bom* conforme consegue mais ou menos fazer isso. Porém *se torna* cristã pelo batismo. Se alguém deixa de viver conformemente às exigências em conduta, isto não significa que não seja cristão. Significa apenas que não está fazendo todo o esforço que deveria fazer a fim de viver como deve.

“Por causa disto”, acrescentou Mr. Walker, “um cristão necessita da Igreja. Creio que não pode ser cristão ninguém que não adere à Igreja, entrando na sua comunidade, aprendendo os seus ensinamentos sôbre o Evangelho, participando da sua tarefa de ganhar o mundo para Cristo”.

Sem o querer, o bom missionário Metodista achou-se aqui forçado a falar a linguagem católica — embora mancamente — de preferência à linguagem protestante. Há um longo caminho do famoso dito de Chillingworth, de que “a Bíblia e só a Bíblia é a religião dos protestantes”, para a declaração de Mr. Walker de que o cristão deve ouvir a “Igreja” a fim de “aprender os seus ensinamentos sôbre o Evangelho”. Mas, uma vez que a Igreja é mencionada, a grande franqueza do Protestantismo torna-se evidente. As idéias dêste sôbre êsse assunto são excessivamente vagas.

A verdade é que o homem necessita da Igreja não sòmente para a ajuda que ela pode dar-lhe para viver uma vida cristã na prática, mas também para que *êle seja um cristão completo*. Porquanto Cristo fundou a sua Igreja como um organismo vivo; no qual e por meio do qual êle mesmo viveria e agiria. Pelo batismo um homem se torna simultâneamente membro de Cristo e membro da sua Igreja. E é por isto que, para viver vida cristã, um cristão necessita da Igreja; tal como a atividade viva de qualquer membro do corpo humano necessita ter à sua disposição a vida do corpo todo. Tal é o ensino do Novo Testamento e da Igreja Católica.

Todavia, uma coisa sobretudo ainda deve ter deixado perturbadas as almas dos protestantes pensantes que ouviram Mr. Walker. Porque, se ninguém pode ser cristão sem aderir “à Igreja”, então a questão de saber a qual Igreja se deve aderir constitui um problema tão vital como o de se fazer cristão. Êste

problema Mr. Walker nem enfrentou nem resolveu. A única resposta eficaz é — “à Igreja Católica”. Incapaz de dizer isto, êle preferiu não dizer nada, deixando, aqui como em tanta coisa mais, de cumprir a sua promessa de não deixar as pessoas perturbadas com qualquer lugar para dúvida ou obscuridade. O Protestantismo, por mais moderna que seja a sua veste, e de qualquer tipo denominacional que êle seja, é simplesmente incapaz de dar estas respostas finais que o Cristianismo foi ideado para fornecer.

CONCLUSÃO

Durante os quatro séculos que decorreram desde que Martinho Lutero deu ao mundo a sua nova teoria da “justificação pela fé sòmente”, milhões de bons protestantes têm-se definido como cristãos salvos pela graça de Deus. Têm contado com a sua leitura pessoal da Bíblia, têm considerado a religião como negócio entre as suas almas individualmente e Deus, e não têm visto necessidade de se tornarem membros da Igreja Católica.

Mas, embora crendo na Bíblia, êles não lhe têm compreendido os ensinamentos. Porque, mesmo pondo de parte o fato de que, se não fôsse a Igreja Católica, êles absolutamente não teriam a Bíblia, essa própria Bíblia se opõe ao isolamento dêles da Igreja Católica. Se há coisa claramente ensinada no Novo Testamento, é a doutrina da Igreja como sociedade divina estabelecida por Cristo, na qual todos os crentes deveriam estar unidos, professando a mesma fé, oferecendo o mesmo culto, recebendo os mesmos sacramentos, e reconhecendo a mesma autoridade religiosa.

Não podemos ignorar as palavras de Nosso Senhor: “Edificarei a minha Igreja” (Mt 16, 18). Nem pode-

mos conceber que êle o fizesse, se não pretendesse que fôssemos membros dessa Igreja. Certamente as suas palavras ulteriores: “Se alguém não escuta a Igreja, seja como o pagão” (Mt 18, 17), deveriam fazer tôda pessoa sensata perguntar: “Qual Igreja ”, e não descansar enquanto não achasse a Igreja certa.

Insistindo sôbre a necessidade de estarmos unidos na Igreja verdadeira, em vez de sermos extraviados por indivíduos independentes, S. Paulo escreveu: “Rogo-vos, irmãos, pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que todos digais a mesma coisa, e que não haja cismas (divisões) entre vós; mas que sejais perfeitos num mesmo sentir e num mesmo julgar” (1 Cor 1, 10). E êle voltou ao mesmo pensamento com o apêlo “para que não haja cisma no corpo; mas os membros sejam mutuamente cuidadosos uns dos outros... Sois o corpo de Cristo, e membros de membro” (1 Cor 12, 25-27).

Por que é que os protestantes estão divididos de todos os católicos no mundo inteiro não tendo o mesmo sentir e o mesmo julgar, não falando a mesma coisa como falam os milhões de pessoas de tôdas as nações tão notavelmente unidas religiosamente dentro da unidade da Igreja Católica? E’ porque herdaram princípios errados desde o comêço da Refoma no século XVI, princípios que não eram os meios indicados por Cristo para atingir a verdade. Cristo estabeleceu a sua Igreja, garantiu a infalibilidade e perpetuidade dela, e mandou que ela ensinasse tôdas as as nações. Essa Igreja é a Igreja Católica; e o único caminho para a unidade exigida pelo Novo Testamento é pertencer e essa Igreja e ser por ela guiado.

Só na Igreja Católica é que se poderá aprender sem êrro os ensinamentos do Evangelho, e receber todos os meios de graça que Cristo pretendeu que tivéssemos.

VOZES EM DEFESA DA FÉ

O Secretariado Nacional de Defesa da Fé resolveu ampliar a conhecida série de 8 cadernos "Contra a Heresia Espírita" sob o novo título geral de "Vozes em Defesa da Fé". Já estão no prelo e sairão próximamente os seguintes cadernos:

9. O Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento
10. O Rosacruzianismo no Brasil
11. As Sociedades Teosóficas
12. Martinho Lutero
13. A Reforma Luterana
14. Os Presbiterianos
15. Os Congregacionalistas
16. Os episcopalianos
17. Os Batistas
18. Os Metodistas
19. Os Adventistas
20. O Exército da Salvação
21. A Associação Cristã de Moços
22. As Testemunhas de Jeová
23. "Assembléias de Deus" e outras "Igrejas Pentecostais"
24. Os Mormons ou Santos dos últimos Dias
25. A "Ciência Cristã"
26. Os Católicos e o Rearmamento Moral
27. A Teoria de "A Bíblia sòmente"
28. A Teoria da "Justificação pela Fé sòmente"
29. Só os Católicos se salvam?
30. Cristo voltará em breve?
31. A Imortalidade da Alma
32. Cristo é realmente Deus?
33. A Inquisição
34. Nossas Superstições
35. Astrologia, Quiromancia e Quejandos

Na mesma coleção seguirão ainda dezenas de outros títulos,
já em preparo

Publicações do Secretariado Nacional de Defesa da Fé,
na Editôra Vozes.

Pedidos à EDITORA VOZES LIMITADA
Caixa Postal 23, Petrópolis, Estado do Rio

<http://www.obrascaticas.com>